



Primeira República



António Tomás Ferreira Cardoso

Nascimento: 1863 — Santiago de Riba-UI

Falecimento: 23/01/1939 — Santiago de Riba-UI

Filiação: António Joaquim de Santiago e Ana Augusta Ferreira Cardoso

Profissão: Eng. Civil e Proprietário

Mandato(s): 1908 e 1910 a 1911

Elementos Biográficos

Natural de Santiago de Riba-UI era um homem dotado de múltiplos interesses e cujo talento lhe permitia dedicar-se com sucesso às diversas áreas da expressão artística.

Os seus estudos começaram na sua freguesia de origem, tendo depois prosseguido no Porto, onde se viria a licenciar em engenharia civil pela Universidade do Porto.

Datam da época universitária as primeiras notícias do seu interesse pela actividade artística, pois integrou uma tuna académica que além dos espectáculos no território nacional foi convidada para actuar em Espanha.

Concluído o curso regressou a Santiago onde casou com Leonor Rebelo Valente. A partir desse momento a engenharia passou a ser uma actividade secundária, não se lhe conhecendo muitos trabalhos nessa área, apesar de ter sido autor de uma das propostas para o projecto do hospital de Marco de Canavezes.

Possuindo a esposa vários terrenos de cultivo dedicou-se à sua administração concentrando a actividade na fruti e silvicultura.

Essa opção deveu-se, provavelmente, ao seu vegetarianismo, visto que se alimentava quase exclusivamente de frutos frescos e secos. A conservação dos frutos e vegetais era um dos aspectos a que se dedicava com entusiasmo procurando encontrar processos de conservar as propriedades naturais dos mesmos.

A vertente artística não ficou esquecida com o seu regresso a Santiago. Aí colaborou com a banda de música local, servindo de regente em diversas ocasiões. Um episódio ilustra não só essa colaboração mas também a sagacidade de António Tomás Cardoso. A banda, já na altura bastante afamada, tinha sido convidada para as festas do Senhor de Matosinhos e deslocou-se para o Porto de comboio. À chegada à estação a comissão de festas desconfiou da capacidade daqueles músicos com ar rústico e calçados com tamancos, decidindo fazer o pagamento do cachet e dispensar de imediato os serviços da banda. António Tomás Cardoso recebeu a quantia acordada e para se despedir de tão gentil e séria Comissão fez a banda tocar um trinado.

Tal foi o sucesso que a dita Comissão já não os quis deixar vir embora, mas, para isso, acabou por assinar um novo contrato...

Além da música, paixão herdada do pai, António Tomás Cardoso dedicava-se à pintura e desenho e ao teatro. Em casa das irmãs levava à cena as peças que escrevia e encenava para um grupo amador composto apenas por homens. Em algumas ocasiões essas peças foram apresentadas com grande sucesso tanto em Oliveira como nos concelhos vizinhos.



Tratava-se portanto, de um homem multifacetado, capaz de desenvolver as mais diversas actividades, mantendo ao mesmo tempo uma simplicidade que o fazia tratar com igual respeito todas as pessoas, independentemente da sua origem social.

Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

A sua primeira passagem pela Câmara, como Presidente de uma Comissão Administrativa, durou apenas um mês, tendo somente tempo para atribuir o Prémio Lopes Godinho e enviar um telegrama de condolências à família real, após o regicídio de 01 de Fevereiro de 1908.

As comissões administrativas foram impostas pelo Governo, que entendeu suspender os actos eleitorais para nomear, a partir dos Governos Cívicos, elencos camarários mais favoráveis aos seus interesses. Daí que na sessão de posse Augusto Leitão o vice-presidente contestasse esta comissão por ser ilegal e resultar de uma manobra do Administrador do Concelho. Era, no entanto, um problema a um nível superior.

Após a implantação da República a primeira medida tomada pela nova Câmara republicana foi enviar telegramas de felicitações ao Governo e Câmara de Lisboa.

Outra das medidas iniciais foi pedir a realização de um inquérito à Secretaria da Câmara até à data da sua entrada em funções.

Decide enviar para os jornais locais os resumos das actas para publicação. Nomeia uma comissão para proceder ao arruamento da praça da vila, composta por Alfredo e Alegria e Francisco Landureza, e outra para a toponímia.

Ao governo, pede a construção de duas escolas na vila, a criação de uma delegação da Caixa Económica Portuguesa na vila, a criação de uma escola mista em Fajões e outra feminina em Nogueira do Cravo, a criação de bilhetes de Ida e Volta na linha do Vouga e consegue a aprovação da construção da estrada entre a La-Salette e a estrada distrital 65.

Aprova alterações às Posturas relativas a taxas sobre os lugares na praça, posse de cães e exercício de caça; delibera não voltar a autorizar as construções de ramadas sobre caminhos — visto que isso acabava por estrangular a circulação.

Autoriza a colocação de tabuletas de publicidade, desde que não impeçam o trânsito e paguem uma taxa anual de 1\$000 reis, a venda de farelos e cereais a peso na praça e a colocação de candeeiros oferecidos por um benemérito em S. João da Madeira.

Inicia a construção da avenida para a estação, já pedida por câmaras anteriores. Junta-se à contestação relativa à nova fórmula de cobrança de impostos por ser prejudicial aos municípios.

Actividades complementares

.....

Fontes Consultadas

Minutas das Actas das Sessões da Câmara: Livro 8 — 1906/1909



Actas das Sessões da Câmara: Livro 23 — 1909/1911

Actas das Sessões da Câmara: Livro 24 — 1911/1914

Assento de óbito nº 34 do ano de 1939

Entrevista no dia 24 de Setembro de 2007 com as Sras. D. Maria Margarida
Ferreira Cardoso Silva Pinto, D. Emília Freitas e Sr. Lázaro Pinto

Bibliografia Consultada

...

José Lopes de Oliveira

Nascimento: 09/12/1878 — Nogueira do Cravo

Falecimento: 11/06/1960 — Nogueira do Cravo

Filiação: Manuel Lopes Júnior e Carolina de Oliveira Lopes

Profissão: Médico

Mandato(s): 1911 a 1912



Elementos Biográficos

Poderia resumir-se a sua vida com uma única palavra: polémica.

Ainda que o conhecimento da sua biografia seja feito por dados muito parcelares, o que ressalta das notícias publicadas sobre esta figura é o constante envolvimento em conflitos verbais ou físicos com os seus opositores. Divorciado, conforme indica a transcrição de uma sentença judicial no jornal “A Opinião” de 30 de Julho de 1922, situação invulgar, à época em que viveu, não deixou descendentes. No entanto, a sua certidão de óbito refere que era viúvo de Maria Joaquina de Pinho.

Começa por se assumir publicamente como republicano ainda durante a Monarquia.

Formado em medicina conseguiria ser nomeado facultativo do partido médico de S. João da Madeira em 1907. No ano seguinte envia um ofício à Câmara a informar que deixava de fazer a inspecção do gado para abate na referida freguesia, devido às ilegalidades cometidas pelos talhantes, com a complacência da Câmara. Esta, naturalmente repudia as acusações. Apesar disso, manteve-se no cargo até Março de 1911, altura em que pediu a demissão. No final desse ano seria nomeado Presidente da Câmara. Durante o mandato como Presidente desempenhou igualmente o cargo de juiz-substituto, o que o impediu de presidir a algumas sessões.

No ano de 1914 recusou-se a fazer o pagamento do imposto de prestação de trabalho, sendo-lhe aplicada uma multa pela Câmara.

Em 1916 concorre novamente ao posto de facultativo do partido médico, sendo nomeado definitivamente para o partido de Oliveira de Azeméis em Julho de 1917. Nesse mesmo ano foi mobilizado para fazer o tirocínio como Alferes Médico Miliciano.

A nomeação como facultativo do 1º partido médico do concelho equivalia, à época, a ser considerado em simultâneo sub-delegado de saúde. Em Abril de 1918, recebe um ofício da Direcção Geral de Saúde a informar que se devia considerar desligado do serviço, como Sub-delegado. Lopes Oliveira considera que isso equivale a deixar de poder ser facultativo do partido apresentando a sua demissão. A Câmara apesar de entender que uma coisa não implicava outra aceitou a decisão.

No ano seguinte exerceu de forma temporária funções de Administrador interino de Concelho, apresentando depois o pedido para lhe ser passada uma guia, para fazer a devolução do valor que recebeu por desempenhar esse cargo e que considerava indevido. A Câmara não faz a mesma leitura, mas uma vez mais a decisão é final.

No início da década de 20 viu-se envolvido num processo judicial relacionado com a venda de terrenos do Monte dos Crastos à Junta de Paróquia de Oliveira de Azeméis, sendo condenado a prisão.



Em 1922 manteve uma polémica com o juiz da Comarca nas páginas do jornal de Aveiro, *O Democrata*, que lhe valeu uma censura pública por parte da Câmara.

Em 1923 teve uma alteração com o Dr. Pinho Rocha que degenerou em agressões físicas, sendo-lhe nessa altura feitas manifestações de desagravo relatadas nas páginas do Correio de Azeméis.

Foi candidato a deputado pelo Partido Radical às eleições de 1925, sendo igualmente candidato à Câmara nesse ano.

No ano de 1927, em Março, foi preso e transferido para Lisboa, sob a acusação de estar associado às revoltas militares que tinham eclodido com maior destaque nas cidades do Porto e de Lisboa no mês de Fevereiro. Seria libertado no mês de Abril, regressando a Oliveira de Azeméis.

No final da década de 30 em anúncio no Correio de Azeméis, informa que reside em Alviães — Palmaz — e se dedica à cunicultura, vendendo coelhos de várias raças.

Terá, no entanto, segundo alguns testemunhos orais mantido a actividade clínica em Oliveira de Azeméis até ao fim da vida.

No ano da sua morte publica o livro *Respigas* em que descreve uma das polémicas em que se envolveu ao longo da vida, desta vez com o juiz que julgou uma queixa que apresentou, relativa um paciente que não pagou a conta apresentada por a considerar excessiva.

Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

Como todos os presidentes de Câmara da I República, antes de 1914, José Lopes Oliveira foi nomeado por indicação do Governador Civil.

Foi, no entanto, um presidente efémero visto que não chegou a completar 6 meses no cargo.

Destacam-se, ainda assim, a elaboração de uma circular para que todas as Câmaras pedissem ao Governo que estabelecesse que os agricultores informassem mensalmente as Câmaras Municipais das entradas e saídas de vinho para a cobrança dos impostos ser mais rigorosa; a decisão de aplicar um imposto de 0\$020 reis por litro nas bebidas alcoólicas como forma de evitar o alcoolismo. Esta proposta viria a ser chumbada a um nível superior, pela Comissão Distrital.

Estabelece que o gado seja abatido apenas ao fim do dia, para evitar que as carnes se degradassem rapidamente com o calor.

Apresenta um pedido ao Governo com vista à conclusão da estrada Bustelo — Cesar.

Em Maio de 1912, anuncia o pedido de demissão por terem falhado as condições que estavam na base de coligação entre as diferentes forças políticas, não podendo continuar o programa político estabelecido.

Os restantes vogais protestam com veemência mas a sua decisão mantém-se inabalável.

Na sessão seguinte apresenta as contas do seu curto mandato, entre acusações aos vogais em funções que o expulsam da sala.

Actividades complementares

.....



Fontes Consultadas

A Defesa: 40/11/1925, 19/11/1925.

Correio de Azeméis: 24/12/1922, 27/09/1923, 11/10/1923, 17/03/1927, 14/04/1927, 25/05/1938, 18/06/1960.

Jornal do Povo: 21/09/1907, 25/09/1907

A Opinião: 18/06/1916, 17/12/1916, 14/03/1918, 24/10/1918, 01/05/1921, 30/07/1922, 18/06/1960.

Actas sessões da Câmara: 05/09/1907, 19/07/1907, 27/08/1908, 18/03/1911, 12/02/1912, 09/05/1912, 16/12/1914, 16/02/1916, 05/07/1917, 14/03/1917, 25/04/1917, 21/11/1917, 24/04/1918, 28/04/1918, 29/11/1922.

Actas das Sessões da Câmara: Livro 24 — 1911/1914

Assento de óbito nº 241 do ano de 1960.

Bibliografia Consultada

.....



Luís Soares Martins

Nascimento: 12/01/1872 — Gemieiro, Macinhata da Seixa

Falecimento: 11/06/1957

Filiação: Domingos Soares Martins e Maria Rosa Nunes de Oliveira

Profissão: Engenheiro Civil

Mandato(s): 1912

Elementos Biográficos

Casou a 26 de Novembro de 1913 com Sara Ferreira da Silva Alegria, e teve 3 filhos: Abel Alegria Soares Martins (Director do Serviço de Urbanismo de Braga), João Alegria Soares Martins e Luísa Alegria Soares Martins.

Formou-se em engenharia civil pela Escola do Exército.

Em 1896 foi provido no lugar de Director das Obras Municipais da Feira.

Em 1899, apresenta um projecto de saneamento para o edifício dos Paços do Concelho de Oliveira de Azeméis, no valor de 15\$000 reis.

Em 1900 foi nomeado engenheiro auxiliar das obras públicas de Moçambique e, no ano seguinte, Director da Secção de Obras de Moçambique.

À data em que exerceu a presidência da Câmara de Oliveira tinha regressado ao seu lugar de engenheiro na Câmara Municipal da Vila da Feira.

Mais tarde passaria a desempenhar funções na Câmara de Viana do Castelo. Posteriormente iniciou um périplo profissional, que duraria cerca de 30 anos, pelos 4 cantos do império, tendo estado na Índia Portuguesa, Angola e finalmente Cabo Verde, onde atingiu a categoria de Director das Obras Públicas.

Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

Na sequência da demissão de José Lopes Oliveira é nomeado presidente, ainda que durante aproximadamente um mês tenha continuado como vice-presidente, assegurando a Presidência interina.

Durante os 8 meses em que assegura a presidência, manda reparar a estrada da Venda Nova e de Ovar e os esgotos dos Paços do Concelho, autoriza a criação de um mercado semanal em Cesar, nomeia uma comissão para estudar a realização de um empréstimo de 30 contos — com vista a harmonizar a dívida e construir uma nova cadeia, faz um voto de louvor à Comissão do Asilo pela construção do novo edifício, estabelece um regulamento para o empréstimo do cilindro camarário, manda multar os pastores que usam os terrenos privados para alimentar os rebanhos — algo que motivava frequentes queixas dos proprietários — e requisita cereais para abastecer o Concelho.

Pediu a exoneração depois de ver que não era colocado um professor na escola de Macinhata da Seixa, ao fim de várias tentativas e por se ver impossibilitado de arrecadar devidamente os impostos municipais, uma vez que a autoridade administrativa não satisfiz o seu pedido de mandar vir polícia para fiscalizar o cumprimento das posturas.

Desta data, até à posse de Ernesto Pinto Basto, não há mais nenhuma nomeação para a presidência da Comissão Administrativa. As sessões vão sendo presididas pelo vereador mais velho que estiver presente, sem nunca



assinar como presidente efectivo.

Durante esse espaço de tempo, cerca de um ano, os acontecimentos mais relevantes são:

- regulamento da realização da Feira dos 11, para que a mesma fosse antecipada sempre que coincidisse com o domingo;
- pedido de subsídio para reparação da estrada S. Martinho — Ovar;
- pedido de criação de uma escola feminina em Loureiro;
- atribuído subsídio para estradas em S. Martinho e Pinhão;
- alteração da toponímia do largo da feira dos 18 que passa a chamar-se Praça da Liberdade,
- concedidos subsídios para a atribuição de prémios para a realização de uma exposição agrícola e industrial, durante as festas da La-Salette em 1913
- decidido cobrar uma taxa aos vendedores ambulantes depois da reclamação dos comerciantes que se queixavam de concorrência desleal;
- distribuição de milho pelos mercados de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Cesar;
- decidido fazer a cobrança coerciva dos foros em dívida nos últimos 5 anos;
- pedido ao Ministro da Justiça que os julgamentos resultantes da aplicação de coimas passem a ser feitos pelos juízes de direito e não pelos juízes de paz.

Actividades complementares

.....

Fontes Consultadas

Actas das sessões da Câmara: 25/04/1899

Actas das Sessões da Câmara: Livro 24 — 1911/1914

Informações orais do Sr. Engenheiro Delgado

Jornal do Povo, nº 1608 de 25/07/1896; nº 2006 de 25/08/1900; nº 2156 de 14/12/1901

Bibliografia Consultada

.....

Ernesto da Costa Sousa Pinto Basto

Nascimento: 1847 — Oliveira de Azeméis

Falecimento: 06/06/1914 — Oliveira de Azeméis

Filiação: José da Costa Sousa Pinto Basto e Maria Rita Carvalho de Sousa

Profissão: Capitalista



Mandato(s): 1882 a 1886 e 1914

Elementos Biográficos

Filho mais velho de uma das personalidades políticas de Oliveira de Azeméis no século XIX, era quase natural o seu envolvimento na vida política num Portugal onde a mobilidade das populações era reduzida, o que contribuía para a estabilização das elites locais.

A sua carreira política começa no Partido Progressista, juntamente com o seu irmão Artur.

No entanto, é pelo partido Regenerador que será eleito Presidente de Câmara.

Em 1878 é indicado para vogal da Junta dos Repartidores da Contribuição Industrial e no ano seguinte fará parte da Comissão para auxílio das vítimas das cheias.

Será eleito deputado em 1885, cargo que exerce em simultâneo com a presidência da Câmara, o que lhe valerá grandes críticas do Partido Progressista que acusa de abandonar os destinos da vila ao ausentar-se largos períodos para Lisboa.

Em 1886, parece retirar-se da vida política, cedendo a candidatura como deputado ao Conde do Covo, e não se candidatando à Câmara.

Em Março desse ano envia ofício a agradecer o voto de pesar feito pela Câmara, após a morte de seu pai José da Costa.

Viria, no entanto a ser nomeado Governador Civil de Aveiro, em Julho de 1900, mas pediria a exoneração em Maio de 1901 por divergências com Hintze Ribeiro, então líder do Governo.

No mesmo ano foi igualmente nomeado Juiz substituto da Comarca de Oliveira de Azeméis.

Ao contrário da quase totalidade dos políticos locais do século XIX, cuja actividade pública se findou com a queda da monarquia, Ernesto Costa Pinto Basto, ainda viria a ser eleito presidente da Comissão Executiva da Câmara em 1914. A sua permanência no lugar foi efémera visto que faleceu poucos meses depois de empossado, sendo substituído pelo seu vice-presidente Aníbal Beleza. No seu testamento deixou legados ao Asilo e ao Hospital.

Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

O mandato de Ernesto Costa Sousa Pinto Basto fica marcado logo na sua tomada de posse pela polémica com Simões dos Reis, que acusa de irregularidades a votação em Ernesto Pinto Basto, obrigando a que a mesma seja repetida para depois aceitar o resultado.

A sua primeira medida é radical e consistiu na suspensão imediata de todas as obras em curso, devido ao facto de a Câmara não possuir recursos financeiros para a sua execução. Talvez por isso, durante o seu mandato as contribuições



para os expostos ou para as instituições de âmbito distrital são sistematicamente adiadas.

Em contrapartida, promove o aumento dos impostos indirectos, essencialmente sobre o vinho e as carnes verdes, como forma de aumentar a obtenção de receitas.

Por outro lado, desenvolve a desamortização de baldios municipais, numa tentativa de arrecadar maiores receitas sem prejuízo para as populações. Em simultâneo, trata de considerar paroquiais alguns baldios em Loureiro, Travanca e Cucujães, recusando igual pedido na freguesia de Palmaz.

Apesar dessa medida inicial, Ernesto Pinto Basto, não passa os seus mandatos sem fazer algumas obras importantes para o Concelho. Podemos destacar a construção do pontão do Caniço, da ponte do Ruivo, da estrada entre Cucujães e a Margonça, da estrada de Rebordões, da estrada entre a Feira dos 18 e a Cruz da reparação da canalização do chafariz da rua do Mártir e ampliação das minas abastecedoras do mesmo. Para além disso, ainda procede à expropriação de terrenos nas Travessas, São Martinho da Gândara e Cucujães para a construção de estradas nesses locais. Manda ainda fazer o estudo da estrada Calvario — La Salette para a qual vai pedir um subsídio ao Governo. Solicita também a classificação da estrada Vide — Ovar pela igreja de São Martinho da Gândara.

A prestação de trabalho é genericamente autorizada, para a reparação dos caminhos.

Encerra o matadouro por falta de condições e apresenta, como alternativa, um terreno em Cidacos, propriedade do Conde de São Januário, no qual é construído novo matadouro.

A estas realizações, junta a criação de um segundo partido médico na vila de Oliveira de Azeméis, decide fazer a cedência do material contra incêndios na posse da autarquia, no caso de ser criado um corpo de bombeiros na Vila; pede a instalação de um posto de telégrafo em São João da Madeira e que o de Oliveira seja considerado de serviço permanente; autoriza que a feira em São João da Madeira se realize no último dia do mês por isso ser desejado pelos vendedores e moradores; autoriza a construção de um coreto na praça pela Filarmónica Oliveirense, que assim o poderia utilizar para as suas actuações; cria uma comissão para a revisão das Posturas Municipais que apresenta um projecto de Posturas que é aprovado; recebe um donativo de 1.000\$000 reis da Condessa da Penha Longa para a criação de um hospital, nomeando depois uma comissão de senhoras para recolherem esmolas, no sentido de aumentar o pecúlio e iniciar a obra; nomeia uma nova Comissão Administrativa para o Asilo; promove a demarcação dos limites concelhios com Estarreja na freguesia de Loureiro, e decide fazer um empréstimo de 16.000\$000 reis para saldar as dívidas da Autarquia.

No entanto, a polémica com que iniciou o cargo não se esbateu com o passar do tempo e, assim, manteve um conflito com o construtor da estrada para Adães, por considerar que não lhe devia fazer qualquer pagamento uma vez que a estrada tinha sido classificada como distrital; o Jornal do Povo, afecto ao Partido Progressista de Simões dos Reis, critica-o pela autorização que concede para a lavagem de trens no chafariz da praça e na aplicação das Posturas sobre cães, acusando-o de parcialidade. Na sessão de 18/08/1885 desentende-se com o vice-presidente, a propósito de uma proposta que



apresenta para ser reduzido o ordenado do Secretário da Câmara, situação que o vice-presidente contesta propondo a manutenção do ordenado, proposta que prevaleceu. Perante essa situação, Ernesto Pinto Basto abandonou a cadeira da presidência dizendo que já não tinha condições para continuar a exercer o mandato, por sentir que deixara de ter a confiança dos vereadores, mantendo-se como vereador até ser forçado pela Comissão Distrital a retomar o cargo.

À data da morte do seu tio António Bernardo Costa Pinto promove um voto de pesar e é decido homenageá-lo com a colocação do retrato na sala das sessões da Câmara.

A sua passagem pela Comissão Executiva em 1914 foi efémera, visto que viria a falecer ao fim de 6 meses. Ainda assim, podemos destacar algumas medidas no âmbito da saúde pública como a compra de vacinas para os facultativos aplicarem à população, a colocação de escarradores nas repartições públicas a pedido do Delegado de Saúde, e a aquisição de um instrumento de avaliar a qualidade do leite. Também conseguiu chegar a acordo com a Junta de Paróquia de Cesar e os proprietários do campo da feira dos 18, sobre a posse das árvores ali plantadas. Por fim, como última medida, destaque-se a autorização da cedência da Escola Conde Ferreira para a realização de uma Feira Comercial e Industrial durante as festas de La-Salette.

Actividades complementares

Mesário da Santa Casa da Misericórdia em 1902.

Fontes Consultadas

Jornal do Povo de 04/07/1884, 09/01/1885, 03/11/1885, 25/05/1901, 09/07/1902.

A Opinião: 11/06/1914.

Assento de óbito nº 260 do ano de 1914.

Actas das sessões da Câmara: 03/12/1878, 11/02/1879, 11/03/1886. Actas das Sessões da Câmara: Livro 13 — 1881/1884

Actas das Sessões da Câmara: Livro 14 — 1884/1885

Actas das Sessões da Câmara: Livro 15 — 1885/1886

Actas das Sessões da Câmara: Livro 16 — 1886/1887

Actas das Sessões da Câmara: Livro 24 — 1911/1914

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 1 — 1914/1915

Bibliografia Consultada

A Voz de Azeméis de 27/11/96.

Aníbal Pereira Peixoto Beleza

Nascimento: Data 06/10/1876 — Travanca, Castelo de Paiva
Falecimento: Data 19/03/1949 — Quinta do Almeu, Macinhata da Seixa
Filiação: Constantino Beleza Vasconcelos
Profissão: Advogado



Mandato(s): 1914 a 1918 e 1919 a 1923

Elementos Biográficos

Casado com Maria Margarida Cabral Beleza e com duas filhas: Maria Cândida e Maria Rosalina Pereira Peixoto Beleza.

Em Outubro de 1902 é transferido para Delegado da Comarca de Oliveira de Azeméis, proveniente de Vila - Franca de Xira onde estava colocado a exercer as mesmas funções.

Foi nomeado Administrador do Concelho em 1903, entregando o cargo ao Presidente da Câmara, a pedido deste, em Outubro do ano seguinte. Nesse ano de 1904, viria a fazer parte das comissões eleitorais do concelho.

Nos anos de 1906 e 1910, viria a repetir a nomeação para o cargo de Administrador do Concelho.

Em 1902 foi eleito vereador da Câmara mas não chegou a tomar posse por a sua eleição ter sido considerada ilegal pelo Tribunal Administrativo.

Na eleição de 1908 foi eleito vereador na lista de Camilo Pacheco da Costa Ferreira, assumindo a vice-presidência mas, por decisão do Supremo Tribunal Administrativo, a Câmara foi dissolvida passados poucos meses.

Com a primeira República assumiu-se como presidente da Comissão Municipal do Partido Republicano Português, pelo qual chegou a ser eleito deputado em 1925.

Em 1917 foi nomeado para a Comissão de Abastecimento da Vila.

A sua vida passou também pela presidência da Assembleia-geral do Asilo da Infância Desvalida e da Junta Escolar, cargos que ocupou durante largos anos. Entre 1928 e 1949 foi director do jornal Correio de Azeméis, que servia de tribuna à oposição ao Estado Novo.

Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

Os mandatos de Aníbal Beleza têm um grande enfoque na vertente educativa, com a realização de obras em várias escolas do concelho e a construção de edifícios novos em Travanca, Areosa, Macieira de Sarnes, Pinheiro da Bemposta, e Oliveira de Azeméis (transferência da escola Conde Ferreira). Isto sem contar com o fornecimento de mobiliário escolar e material didáctico solicitado pelos professores e o lançamento dos concursos para colocação dos mesmos.

O outro aspecto que merece grande importância durante a sua presidência, até pelo facto de coincidir com o período da I Guerra Mundial, é o abastecimento dos géneros alimentícios. Promove assim a regulação dos preços de venda das carnes verdes, cria um Celeiro Municipal que faz a distribuição dos cereais adquiridos pela Câmara para evitar a especulação e, entre Junho e Dezembro de 1918, faz funcionar uma padaria municipal, em edifício cedido por Artur



Pinto Basto, para que todos tivessem acesso ao pão.

Autoriza a instalação de uma linha telefónica às minas do Pejão e a instalação de uma central hidroeléctrica para fornecer energia às minas do Pintor.

É durante o seu mandato que se inicia a instalação de uma rede eléctrica na vila e o fornecimento de electricidade aos moradores.

No sentido de garantir a sobrevivência da Fábrica de Papel do Caima, intervém junto do governo para que não seja liberalizada a importação de papel, no que foi bem sucedido.

Faz aprovar um regulamento para a cobrança de um imposto municipal sobre a exportação de madeiras e aplicar as posturas já existentes sobre o pastoreio de gado em propriedades privadas, que era na altura motivo de muitas queixas. Contrai um empréstimo de 4 contos para instalar um hospital de emergência para as vítimas da epidemia de tifo e cede um terreno para a construção do quartel dos bombeiros.

São feitas obras no reservatório da pia-nasce-água na La-Salette que abastecia a vila e nas condutas para evitar a contaminação de esgotos, em especial no perímetro urbano, aberta a avenida da feira dos onze, construída a casa do guarda do cemitério, reparados passeios e calçadas na vila e estradas nas diversas freguesias.

A cobrança dos impostos (sobre a venda de carnes e vinho) passa a ser feita por um sistema de avenças, evitando assim o dispêndio com pessoal para a realização dessa tarefa.

Em 1922, devido à escassez de moeda em circulação são emitidas 50.000 cédulas de 0\$10 e outras tantas de 0\$02 para possibilitar a manutenção do sistema financeiro que de outra maneira entraria em colapso por falta de meios de pagamento.

Refira-se ainda que é durante o seu mandato que são dadas instruções a um dos vereadores, Quintino José da Silva, para ser comprado o pergaminho original da criação do Concelho, que se encontrava em Alcácer do Sal, pelo preço de 90\$00.

Actividades complementares

.....

Fontes Consultadas

Jornal do Povo: 09/05/1903,

Correio de Azeméis: 12/10/1922, 02/11/1922, 16/11/1922, 29/03/1923, 29/01/1925, 28/05/1925, 22/10/1925, 19/11/1925, 17/12/1925, 07/01/1926, 21/01/1926, 28/01/1926, 02/02/1926, 25/02/1926, 18/03/1926, 20/10/1927, 01/03/1928, 01/11/1928, 26/03/1949.

Actas das sessões da Câmara: 14/05/1903, 15/12/1903, 27/10/1904, 17/11/1904, 29/03/1906, 09/07/1910, 15/08/1917.

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 1 — 1914/1915

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 2 — 1915/1917

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 3 — 1917/1920

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 4 — 1920/1922

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 5 — 1922/1923

Bibliografia Consultada

.....

Albino Soares Pinto dos Reis Júnior

Nascimento: 07/10/1888 — Loureiro

Falecimento: 14/05/1983 — Loureiro

Filiação: Frederico Albino Soares Pinto dos Reis e Maria da Silva Pereira Marques

Profissão: Presidente Supremo Tribunal Administrativo



Mandato(s): 1919 e 1923 a 1926

Elementos Biográficos

Albino dos Reis foi um dos mais destacados Oliveirenses do século XX.

A sua vida pública foi longa e passou essencialmente pela capital, mantendo, no entanto, uma ligação constante à terra natal, que se traduziu no apoio a projectos que careciam de suporte financeiro do poder central.

Licenciou-se em direito pela Universidade de Coimbra, em 1913, veio trabalhar para Oliveira de Azeméis no escritório do Dr. Aníbal Bezeira que viria a ser o seu grande adversário político entre os anos de 1915 e 1926.

Em 1919 tornou-se Conservador do Registo Civil em Oliveira de Azeméis, passando em 1927 a Conservador e Notário de São João da Madeira, que entretanto se autonomizara como concelho.

Entre estas duas datas já tinha sido Presidente da Câmara e deputado eleito em 1921 e 1925.

O seu primeiro cargo público durante o Estado Novo foi o de Governador Civil de Coimbra, embora por um período breve, de Novembro de 1931 a Julho 1932. Isto porque, nesse mesmo ano, foi convidado e assumiu o cargo de Ministro do Interior, no primeiro governo liderado por António de Oliveira Salazar, cargo do qual pede a demissão em Julho de 1933.

Depois de abandonar o Governo permaneceu como deputado à Assembleia Nacional até 1974.

Também aí desempenharia um papel importante ao ser escolhido para Presidente da Assembleia Nacional entre 1945 e 1961.

Em Julho de 1952 foi nomeado Conselheiro de Estado Vitalício, facto que, somado aos anteriores, demonstra a sua preponderância política e pessoal durante o Estado Novo.

Paralelamente à vida política, a vida profissional foi igualmente profícua, tendo tomado posse como Juiz do Supremo Tribunal Administrativo em Dezembro de 1933. Aproximadamente 2 anos e meio depois, em Julho de 1936, foi nomeado Presidente desse órgão, cargo que manteve até 1958 ano em que se aposentou. Em 1954, nas comemorações do 70º aniversário recebeu um tríptico de prata oferecido pelos concelhos do Distrito de Aveiro, como forma de homenagear a sua figura. Essa peça viria a ser doada pelas filhas à Câmara Municipal em 1989. Depois do 25 de Abril retirou-se da vida pública, regressando à sua casa de Loureiro, onde viria a falecer.

Acontecimentos Marcantes do(s) Mandato(s)

A sua primeira passagem pela Comissão Executiva da Câmara é feita através de uma comissão administrativa na sequência das revoltas monárquicas em 1919. Derrotada a rebelião monárquica, a Câmara em funções foi exonerada e



Albino dos Reis eleito para liderar uma Comissão Administrativa até à realização de eleições.

O espaço de meses em que esteve em funções permitiu ainda assim a reorganização do mapa dos partidos médicos do Concelho, extinguindo o segundo lugar da vila e abrindo uma vaga em Loureiro e outra em Carregosa. Foi ainda expresso o apoio da Câmara à criação de uma Companhia Distrital da GNR.

A sua segunda passagem pela Câmara começa com uma eleição polémica em que concorreu pela coligação dos Partidos Nacionalista e Monárquico contra o Partido Republicano Português de Aníbal Belega. Este chegou a tomar posse e exercer funções durante cerca de 3 meses, após o que uma decisão judicial entregou a presidência a Albino dos Reis e à sua vereação.

O seu segundo mandato ficou marcado pela questão do abastecimento de electricidade tanto à sede do concelho como à freguesia de S. João da Madeira. No caso de S. João da Madeira, cujo abastecimento era assegurado por uma companhia local, aumentou de forma muito acentuada o custo com a exploração da rede, obrigando a um aumento das verbas destinadas em orçamento ao pagamento desse serviço e, mesmo em 1925 e 1926 à apresentação de orçamentos suplementares para garantir verbas destinadas a esse fim.

Na sede do concelho o abastecimento foi assegurado inicialmente pela firma Palmaz Eléctrica e posteriormente pela Guedes e Ferreira, que lhe sucedeu comercialmente, embora pertencesse aos mesmos proprietários. O problema que se arrastou entre 1923 e 1926, consistiu na impossibilidade de chegar a um acordo entre a Câmara e a empresa, para o valor pelo qual a electricidade seria fornecida. A autarquia entendia que o preço pedido (2\$00) era demasiado elevado e que não poderia reflectir esse preço no valor cobrado aos consumidores sob pena de agravar ainda mais o preço. Foi feita a contraproposta de o preço variar em função da dívida cambial, algo que não interessou à empresa e, assim, depois de ameaças de corte do fornecimento, acabou por ser conseguido, por intermédio de Bento Carqueja, um acordo provisório que viria a funcionar até ao fim do mandato de Albino dos Reis.

Para promover o consumo eléctrico e ampliar o número de clientes com um consequente aumento de receitas, foi decidido oferecer a instalação e vender o material necessário pelo preço de custo, cobrado em prestações, para que mesmo as famílias com menos posses tivessem acesso a este equipamento.

Num período de dificuldades económicas e com as despesas crescentes devido ao abastecimento de electricidade, algumas das medidas tomadas visavam um aumento da receita, sendo assim aumentado o preço das taxas de lugares no mercado municipal, cobrança de taxas aos carros de praça de fora do concelho que fizessem serviço durante as festas de La-Salette, aumento das avenças e do preço do KW no fornecimento da energia eléctrica, aumento das taxas de contribuição industrial, predial urbana e rústica e venda de papel inutilizado existente nos Paços do Concelho.

A União Desportiva Oliveirense verá a terraplanagem do seu campo de jogos apoiada pela Câmara, tal como a viagem aérea Lisboa — Macau realizada por Sarmento de Beires e Brito de Pais que recebeu um subsídio de 150\$00.

É inaugurado o monumento de homenagem ao Dr. Ferreira da Silva.



Os talhantes de S. João da Madeira viram-se intimados a fazer obras na casa de abate para garantirem as condições de higiene e salubridade e os moradores de S. Martinho da Gândara a limpar os caminhos da freguesia.

Apoia a proposta de Bento Carqueja para ser edificada uma escola industrial e comercial cedendo, numa primeira fase, o terreno para esse efeito e, num segundo momento contribuindo com o material de alvenaria para a edificação.

Para apoiar a Santa Casa da Misericórdia foi organizada uma exposição industrial em 1924 revertendo para ela os fundos obtidos.

Após a realização de obras nos Paços do Concelho é decidido adaptar as salas do Registo Predial a gabinetes dos Magistrados, ficando assim o 1º piso do edifício reservado exclusivamente ao Tribunal.

O fim do mandato fica marcado por uma polémica com o Centro Vidreiro, que estava a fabricar copos com as marcas da aferição sem ter pedido autorização para esse efeito. Como o zelador da Câmara teve conhecimento dirigiu-se à fábrica para apreender a produção, tendo sido impedido pelos sócios do Centro Vidreiro, o que levou a Comissão Executiva a decidir enviar o caso para tribunal. Refira-se ainda, por curiosidade, que durante o mandato de Albino dos Reis foi autorizado o uso do Brasão do Concelho, conforme constava dos Anais do Município, por comerciantes nos seus estabelecimentos e produtos.

Actividades complementares

Apesar de ser conhecido pela sua eminente vida política, Albino dos Reis não se dedicou somente a essa actividade, sendo presidente da Assembleia-geral da Casa da Comarca de Oliveira de Azeméis em Lisboa e da União desportiva Oliveirense.

Fontes Consultadas

Voz de Azeméis: 21/05/1983.

Correio de Azeméis: 01/11/1922, 12/06/1924, 29/07/1933, 21/09/1989, 05/02/1990.

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 3 — 1917/1920

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 5 — 1922/1923

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara: Livro 6 — 1923/1926

Bibliografia Consultada

.....